



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de  
Regularização Ambiental

Parecer nº 100/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA/2022

**PROCESSO Nº 1370.01.0034775/2022-11**

Parecer Único de Licenciamento Simplificado nº 6447/2021

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: **50322625**

**Processo SLA:** 6447/2021

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo indeferimento

**EMPREENDEDOR:** Fertiligas  
Indústria e Comércio Ltda

**CNPJ:** 21.958.574/0001-  
47

**EMPREENDIMENTO:** Fertiligas  
Indústria e Comércio Ltda

**CNPJ:** 21.958.574/0001-  
47

**MUNICÍPIO:** Sabará/MG

**ZONA:** Urbana

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Não há incidência de critério locacional

**CÓDIGO:**

**ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN  
COPAM 217/17):**

**CLASSE**

**CRITÉRIO  
LOCACIONAL**

B-03-04-2

Produção de ligas metálicas (ferroligas), silício  
metálico e outras ligas a base de silício

3

0

**CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

**REGISTRO/ART:**

Cleber Aparecido Silva - Técnico em Meio Ambiente

BR20211327297

Daniel Tavares dos Santos - Engenheiro civil

MG20210727153

**AUTORIA DO PARECER**

**MATRÍCULA**

Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental – Supram CM	1.269.800-7
De acordo:  Elizabeth Rodrigues Brito Ibrahim  Diretora Regional de Regularização Ambiental – Supram CM	1.500.034-2



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 26/07/2022, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Rodrigues Brito Ibrahim, Diretor(a)**, em 28/07/2022, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50322038** e o código CRC **2505A108**.



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)**

Em 21/12/2021, foi formalizado, via Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 6447/2021, do empreendimento Fertiligas Indústria e Comércio Ltda, localizado no município de Sabará/MG, por meio da modalidade “Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS”, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). A atividade inserida no escopo deste processo foi enquadrada pela Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017 como “Produção de ligas metálicas (ferroligas), silício metálico e outras ligas a base de silício” (código B-03-04-2), com capacidade instalada de 20 toneladas/dia. O parâmetro informado justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a não incidência de critério locacional.

O empreendimento operou amparado pela Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) de nº1189/2018, cuja validade expirou em 08/02/2022, que regularizou a realização da atividade classificada pela DN Copam 74/2004 como “Produção de ligas metálicas (ferro ligas” (código B-03-04-2), com capacidade instalada de 20 toneladas/dia.

A seguir tem-se a imagem (01) da área diretamente afetada (ADA) do empreendimento apresentada no SLA bem como a planta apresentada no RAS.

**Imagem 01:** ADA do empreendimento.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 06/07/2022) e SLA.

[illegible]



(s)/dia (totalizando 86.400 l/dia), no ponto de coordenadas geográficas de latitude 19° 54' 0,0"S e de longitude 43°52'13,0"W. **Destaca-se que a captação em cursos de água demanda autorização para intervenção, sem supressão, em área de preservação permanente (APP), conforme Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013:**

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

III - atividade eventual ou de baixo impacto ambiental:

(...)

b) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos;

(...)

Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, **desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.**

(grifo nosso)

(...)

Art. 59. A intervenção em APPs e Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental a que se refere o inciso III do art. 3º, excetuadas as alíneas “b” e “g”, em pequena propriedade ou posse rural familiar, fica condicionada à apresentação de simples declaração ao órgão ambiental competente, desde que o imóvel esteja inscrito no CAR.

**Não foi apresentada a autorização para esta intervenção em APP.** Neste sentido, deve-se considerar que a DN Copam 217/2017, em seu artigo 15, dispõe que:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – O **processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais** ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS (grifo nosso).

**Ressalta-se que o ponto de captação referente a esta certidão também se encontra fora da ADA informada do empreendimento.**

**Deve-se destacar também que foi informado no RAS que o empreendimento realizará aspersão de água como forma de mitigar os impactos provocados pela geração de particulados provenientes da circulação de veículos e máquinas bem como do manuseio dos produtos (matérias primas) no pátio e nas vias internas, contudo, a água a ser utilizada nesta aspersão não foi contabilizada no balanço hídrico do empreendimento informado no item 4.1 do RAS (Uso de água).**

Quanto aos efluentes líquidos sanitários, serão destinados a um conjunto composto por fossa séptica/filtro anaeróbico e posteriormente a um sumidouro. **No item 4.2 do RAS (efluentes líquidos) foi listada apenas a fossa séptica como estrutura de tratamento de efluentes.**





**Entretanto, foi informado no RAS que o empreendimento possui uma caixa separadora de água e óleo (CSAO) e que realiza o monitoramento da mesma, mas não foi informada a localização desta estrutura bem como a origem dos efluentes destinados à mesma.**

As emissões atmosféricas (particulados), provenientes do sistema de despoeiramento são destinadas ao filtro de mangas. Foi informado que será realizada aspersão de água como mitigação da geração de particulados proveniente da circulação de caminhões e máquinas bem como do manuseio dos produtos (matéria prima) no pátio e nas vias internas. **Como já mencionado, a água a ser utilizada na aspersão não foi incluída no balanço hídrico do empreendimento.**

No que tange aos resíduos sólidos, foi informado que resíduos como tecidos residuais de filtros de manga, pó de filtro, embalagens contaminadas, trapos e estopas com óleo, equipamentos de proteção individual (EPI's) e lodo da fossa séptica serão destinados a aterro industrial. Já os resíduos como sucata metálica, plástico, papel e papelão serão destinados à reciclagem. Os tambores, as matérias primas inutilizadas e a escória serão reutilizadas. O óleo será enviado ao rerrefino e os resíduos de característica domiciliar serão destinados ao aterro sanitário.

**Salienta-se que a atividade do empreendimento possui grande potencial de geração de sedimentos/pó provenientes da matéria prima disposta nos pátios e vias. Tendo em vista a presença de curso de água ao lado da ADA informada do empreendimento e também a declividade do terreno em direção a este curso de água (imagem 02 a seguir), os impactos ambientais bem como as respectivas medidas mitigadoras relacionadas ao carreamento destes sedimentos em função do escoamento pluvial deveriam ter sido informados no RAS, porém isso não ocorreu. Destaca-se que uma das matérias primas utilizadas no empreendimento, o coque verde de petróleo, possui potencial contaminante e também não foi informado se este material é armazenado em local apropriado.**

**Imagem 02:** ADA do empreendimento.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 13/07/2022) e SLA.

Deve-se informar que no dia 11/07/22 o empreendimento foi alvo de ação de fiscalização por parte da equipe da SEMAD/MG e da Polícia Militar de Meio Ambiente, conforme auto de

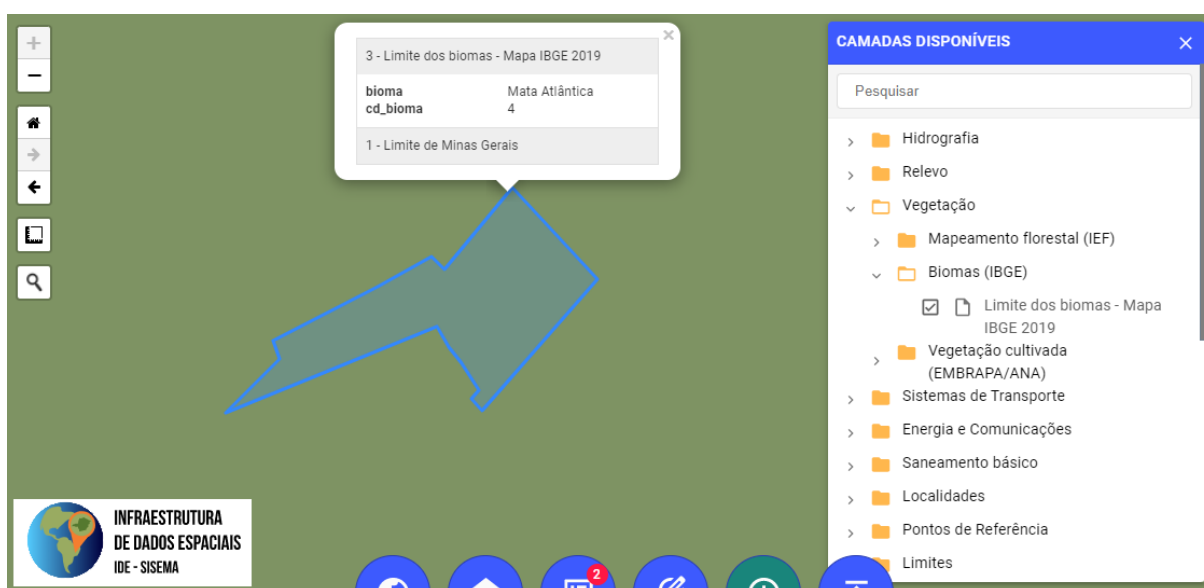


fiscalização (AF) nº 224404/2022. No referido AF consta que no ato da fiscalização o empreendimento se encontrava em operação. Ressalta-se que como já citado neste parecer, a AAF do empreendimento teve sua validade expirada em 08/02/2022. Também foi relatado no AF que em local próximo ao galpão onde é desenvolvida a atividade principal, há uma edificação contendo equipamentos para geração de energia elétrica e que esses equipamentos estavam em funcionamento e que *“do lado de fora da edificação, foi constatada a presença de tubulações que conduzem a água derivada do Ribeirão Arrudas até o sistema de geração de energia. Verificou-se também que, após passar pelo sistema, a água é lançada no córrego Cafundó, próximo da confluência com o ribeirão Arrudas.”* Consta ainda no AF, que foi informado por funcionário do empreendimento que a energia elétrica gerada nesse sistema é utilizada exclusivamente nas atividades industriais da empresa.

**Destaca-se que o empreendimento teve o processo administrativo 00329/1990/010/2015, relativo à atividade "central geradora hidrelétrica – CGH", arquivado em 30/06/2022 em função do não atendimento a pedido de informações complementares e deste modo, o empreendimento não possui regularização para a geração da energia elétrica necessária para a realização de sua atividade principal.**

Ademais, foi informado na caracterização do empreendimento no SLA que não *houve intervenções ambientais que se enquadrem no rol previsto no art. 3º do Decreto Estadual 47.749, de 11 de novembro de 2019, entre o período de 22 julho de 2008 e a data de acesso a este sistema para a presente solicitação de licenciamento.* Não obstante, por meio de imagens de satélite, foi constatada a realização de intervenção ambiental na área do empreendimento, configurando, portanto, prestação de informação falsa. Foi constatada a supressão de 0,46 hectares de vegetação nativa, em área comum, do bioma Mata Atlântica, conforme camada digital do IBGE disponível no IDE SISEMA, como evidenciado na figura 02 e nas imagens a seguir.

**Figura 02:** Bioma na área do empreendimento.



Fonte: IDE SISEMA.





**Imagem 03:** Área do empreendimento em 14/06/2009, antes da intervenção.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 13/07/2022) e SLA.

**Imagem 04:** Área do empreendimento em 30/06/2012, após início da intervenção.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 13/07/2022) e SLA.

**Imagem 05:** Área do empreendimento em 12/02/2013, com a intervenção em andamento.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 13/07/2022) e SLA.





**Imagem 06:** Área do empreendimento em 14/09/2013, com a intervenção em andamento.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 13/07/2022) e SLA.

**Imagem 07:** Área do empreendimento em 13/11/2017, com a intervenção em andamento.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 13/07/2022) e SLA.

**Imagem 08:** Área do empreendimento em 10/09/2018, com a intervenção em andamento.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 13/07/2022) e SLA.



**Imagem 09:** Área do empreendimento em 2022, após intervenção e com regeneração em uma parte da área intervinda.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 13/07/2022) e SLA.

Além da supressão supracitada, também foi constatada via imagem de satélite a intervenção em 0,51 hectare de vegetação nativa em área de preservação permanente (APP), conforme evidenciado a seguir.

**Imagem 10:** Situação da intervenção na APP em 14/06/2009.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 20/07/2022) e SLA.





**Imagem 11:** Situação da intervenção na APP em 30/12/2014.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 20/07/2022) e SLA.

**Imagem 12:** Situação da intervenção na APP em 05/09/2017.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 20/07/2022) e SLA.

**Imagem 13:** Situação da intervenção na APP em 10/07/2018.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 20/07/2022) e SLA.



**Imagem 14:** Situação da intervenção na APP em 06/05/2019.



**Fonte:** Google Earth (acesso em 20/07/2022) e SLA.

Não foi constatada autorização ambiental para as intervenções evidenciadas por meio das imagens acima. Conforme disposto acima, em se tratamento de LAS, a DN Copam 217/2017, em seu artigo 15, prevê que as autorizações para intervenções ambientais devem ser obtidas, pelo empreendedor, previamente à formalização do processo.

**Em função da prestação de informação falsa no SLA na caracterização do empreendimento e em virtude da intervenção ambiental será lavrado auto de infração no âmbito do processo em tela. Quanto à operação sem a devida regularização ambiental, foi lavrado o auto de infração nº 298741/22 pela equipe de fiscalização que compareceu ao local no dia 11/07/22.**

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), considerando que o processo produtivo do empreendimento é realizado por meio da energia elétrica produzida pela "central geradora hidrelétrica – CGH", considerando que esta CGH não possui regularização ambiental, considerando não foi constatada autorização para as intervenções ambientais ocorridas na área do empreendimento e considerando o artigo 15 da DN 217 de 2017, sugere-se o indeferimento do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Fertiligas Indústria e Comércio Ltda" para a realização da atividade "Produção de ligas metálicas (ferroligas), silício metálico e outras ligas a base de silício" (código B-03-04-2), no município de Sabará/MG.